



10

HENRIQUE CARNEIRO

As drogas: objeto da Nova História

A chamada Nova História caracterizou-se não só por trabalhar com novos objetos ou com novas fontes para a pesquisa histórica, como por buscar nas velhas fontes novas leituras. As fontes médico-farmacêuticas do período colonial podem desvelar, além de uma terapêutica, uma moral reguladora do uso das drogas. A obra de médicos como Garcia da Orta, Nicolás Monardes, Cristovão Acosta, Charles L'Ecluse, entre outros, representa para o século XVI uma renascença farmacológica que incorpora ao conhecimento ocidental diversas plantas orientais e americanas e afronta as antigas proscricções medievais contra o uso dos analgésicos, dos afrodisíacos e dos alucinógenos, como o ópio, a *Cannabis*, a datura e outras plantas.

Além de suas contribuições para a história das ciências, esses autores seiscentistas fornecem um inestimável testemunho sobre as moralidades relativas ao uso de plantas existentes na Europa, na Ásia e na América na época da expansão ibérica, e sobre atritos e fecundações interétnicos decorrentes desse contato.

O impacto da navegação comercial transoceânica significou a

HENRIQUE CARNEIRO
é doutorando em
História Social pela
Universidade de São
Paulo.

GRAVURA
DE THEVET
REPRESENTANDO
INDÍGENAS
TOMANDO
BEBERAGENS
AFRODISÍACAS

alcoolização dos indígenas da América, da Ásia e da África, onde diversos alucinógenos foram proscritos; o combate ao uso da *Cannabis* no Oriente e ao uso do cogumelo amanita no âmbito eslavo; e, por outro lado, a expansão do tabaco e do cacau americanos, do café africano e do chá asiático, assim como das especiarias da Indonésia, do Ceilão e da Índia para o conjunto do planeta.

O estudo das drogas no mundo ibérico e colonial nos séculos XVI e XVII foi objeto de minha dissertação de mestrado, *Mezinhas, Filtros e Triacas: Drogas no Mundo Moderno*, orientada pela prof^a dr^a Mary Del Priore, em que analisei as transformações na época moderna do saber herbário e de sua normatização institucionalizadora, comparando os autores médico-botânicos do século XVI e XVII com médicos das cortes ibéricas do século XVIII.

Na passagem do século XV para o XVI, o consumo de drogas tinha uma característica ampla e disseminada. O conceito de droga, contudo, era vago e abrangente. Substâncias fantásticas e mágicas como o chifre de unicórnio e a pedra bezoar perfilavam-se com plantas e substâncias de origem animal e até mesmo humana, como o uso medicinal de “múmia”.

No século XVI, ocorreu na Europa uma intensificação no consumo de drogas. O fornecimento de especiarias asiáticas aumentou. Começaram a chegar as novas plantas da América. Um certo relaxamento no controle clerical da vida cultural, num momento de crise da Igreja, levou a que restrições ao uso de plantas fossem ultrapassadas por inovadores como Paracelso, que simbolizou toda uma respeitabilidade que práticas até então puramente alquímicas passaram a ter. O uso do ópio, antes proibido, redinamizou-se com a reabilitação paracélsica da própria “triacá” romana, panacéia antidotal da Antigüidade, tomada diariamente e que continha, entre outras dezenas de substâncias, o “leite de papoulas”.

Desde a reurbanização da Europa e o reaquecimento do comércio ocorridos a partir do século XI, o dispensário clerical e farmácias privadas coexistiram no abastecimento farmacêutico. Mas a verdadeira divisão social de funções ocorria entre as fontes do saber popular curandeiro de aldeia e os ramos comerciais crescentes que

se dividiam em herboristas e boticários.

Expandem-se diversos ofícios distintos, mas interseccionados, manipuladores dos poderes dos vegetais, que são os apoticários, barbeiros, dentistas, herboristas, fabricantes de perfumes. Em outras esferas também aprimoram seu saber os esquivos confeccionadores de consolos, unguentos, filtros, mezinhas e triacas. Nessa transição entre Baixa Idade Média e Renascimento podemos discriminar dois tipos de uso social de drogas. Nas classes altas o consumo de especiarias gastronômicas confunde-se com a busca de remédios exóticos, cuja eficácia costuma ser medida pelo valor que custam as substâncias empregadas na confecção dessas drogas. Os ricos literalmente deglutiam riquezas como pérolas, âmbar e pedras preciosas, enquanto nas camadas miseráveis fazia-se uso de uma série de plantas da farmacopéia alucinógena européia, como a mandrágora, a beladona e a datura, além de outras ervas populares para diversos fins.

Um exemplo desse uso múltiplo de inúmeras drogas e substâncias mágicas encontra-se em anotações deixadas por Copérnico, que estudara medicina e copiava receitas.

“Uma das receitas, copiada duas vezes (uma no verso da capa dos ‘Elementos de Geometria’ de Euclides, outra na margem de um volume de cirurgia), contém os seguintes ingredientes: esponja armênia, canela, cedro, erva-impigem, dictamno, sândalo vermelho, lascas de marfim, açafraão, espodumene, camomila em vinagre, casca de limão, pérolas, esmeralda, jacinto vermelho e safiras, o coração de um gamo, besouro, chifre de unicórnio, coral vermelho, ouro, prata e açúcar” (1).

Droga era, portanto, um conceito quase mágico no século XVI, de uma riqueza que, diferente dos bens fixos e externos de riqueza ostentável, relacionava-se diretamente com o próprio corpo, em particular com os sentidos.

A essa riqueza chamaremos de “fetiches sensoriais”, no sentido de mercadorias que possuem uma alta concentração de valor comercial devido à alta densidade do seu impacto sensorial. Novas e raras cores,

1 Arthur Koestler, *Os Sonâmbulos*, São Paulo, Ibrasa, 1961, p. 90.

cheiros e sabores valem pelo tanto que impressionam os sentidos.

O alvorecer do século XVI encontrou nessas substâncias o símbolo fetichístico de uma ambição crescente que envolveu todo o mundo num único e voraz sistema comercial. A descoberta do caminho marítimo para as Índias e a descoberta da América estabeleceram o tráfico de drogas que fundamentou o sistema mercantil moderno. Uma primeira guerra verdadeiramente mundial será travada entre Portugal e Holanda, pelo controle do tráfico. A Holanda vencerá na Ásia, e Portugal no Brasil.

O sonho frustrado de Colombo - “Quando descobri as Índias, disse que era o maior repositório de riquezas do mundo. Falei de ouro, pérolas, pedras preciosas, especiarias, com os comércios e as feiras, e como tudo não apareceu com a rapidez esperada, fui alvo de insultos” (2) - logo foi superado pelo ouro e a prata roubados por Pizarro e Cortez e por essas “minas vegetais” que produziram em toneladas o alvo ouro do açúcar e a fortuna da fumaça azulada do tabaco, duas drogas de que a América abasteceria o mundo. “Com estas especiarias gratíssimas” - referia-se o médico pessoal de Maurício de Nassau, Guilherme Piso, em 1648, às plantas brasileiras - “tanto no aspecto como na forma (e, após estes ares pelo céu herdados, nenhum bem maior foi dado aos mortais), apresenta aos atuais e futuros habitantes de todo o enorme planeta novas fontes da boa saúde corporal e lisonjeira disposição dos sentidos, para defesa da vida; e ainda, caso tal se possa dizer, para prorrogar a fatal e irrevogável duração da existência” (3). Dessas especiarias terapêuticas e tônicas de Piso, uma sobressaiu-se, e até hoje, no brasão da República, o ramo do brasileiro tabaco enlaça-se com o ramo do etíope café, nicotina e cafeína unidas no símbolo da pátria. As fronteiras entre o remédio e o veneno são tênues falando-se de drogas e o “petum” brasileiro é o melhor exemplo disso.

No interior dessa disseminação de plantas que alterou a estagnação do regime proibicionista até então vigente, misturaram-se e confundiram-se os diferentes saberes e experiências que, desde a base mais muda, dos recônditos berços infantis, onde as mães praticavam sua sabedoria vegetal com remé-

dios para seus bebês, até as cátedras eruditas dos sábios das universidades, desenvolvia-se uma nova curiosidade pelas plantas.

O regime renascentista, reprimido logo em seguida pela ordem moderna, manifestou-se em alguns autores que foram marcos da mentalidade, do saber e do consumo herbário oprimido. Paracelso e Rabelais, especialmente, foram representativos do saber sobre o consumo das plantas alienígenas, algumas incorporadas à Europa e outras ferozmente reprimidas. E, especialmente, Garcia da Orta, Nicolás Monardes e Guilherme Piso expressam o novo conhecimento herbário sobre as plantas orientais e americanas cuja novidade contrasta com a dogmática galenista vigente na Europa sob a sanção oficial do clero e das escolas de medicina.

A retomada urbana e do comércio com o Oriente após o século XII, assim como o surgimento das universidades, dera um novo impulso ao saber herborístico. Com a redescoberta dos clássicos e a descoberta, em 1417, de textos como o *De Rerum Natura* de Lucrécio, revitalizaram-se posições como as epicuristas. Surgiram filósofos materialistas como Gassendi, inspirado por essa redescoberta do epicurismo físico atomista e de sua moral. Gassendi inclusive, realizou experiências com um “unto”, um unguento de bruxas, ao qual ele atribuiu poderes exclusivamente farmacológicos e não diabólicos. Erasmo e Montaigne expressaram um ceticismo antidogmático. Paracelso reintroduziu a triaca e o ópio. E Rabelais, na literatura, exaltou a recuperação moral dos prazeres da carne, como o sexo, a bebida e a comida e as drogas.

Vários fatores influíram para a reintrodução da cultura farmacológica. A retomada do contato com o Oriente e a cultura árabe, a invenção do álcool destilado no século XII e a curiosidade médica foram alguns dos elementos de um reavivamento do uso de plantas e preparados.

Uma das conseqüências desse arejamento espiritual foi a reintrodução do ópio. Apenas a partir da segunda metade do século XIV, Veneza passou a praticar um importante comércio de ópio e fabricação de triaca mas, antes disso, as novas escolas de medicina, como a de Salerno, já defendiam o uso anestésico do ópio, após séculos de

2 Cristóvão Colombo, *Diários da Descoberta (1492/1504)*. Porto Alegre, LPM, 1984.

3 Guilherme Piso (Willem Piso), *História Natural do Brasil Ilustrada* (Amsterdan, 1648), São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1948.

ILUSTRAÇÃO
REPRESENTANDO
INDÍGENAS
FUMANDO SEUS
CHARUTOS
GIGANTESCOS;
PARA CERTAS
TRIBOS O TABACO
É PLANTA SAGRADA
E DE PODERES
MÁGICOS

proibições oficiais que remontavam a capitulares de Carlos Magno. Segundo relata Antonio Escotado, a partir de Salerno, Pádua, Montpellier, Bolonha e Paris recomendou-se cautelosamente um uso medicinal de ópio: “*Miguel Escoto, uno de los representantes de Salerno, fue quien primero se atrevió a publicar la receta de la spongia -partes iguales de opio, beleno y mandrágora molidos y macerados en agua-*, indicando: ‘*Cuando quieras serrar o cortar a un hombre empapa un trapo en esto y aplícalo*

a sus narices durante algún tiempo’” (4).

A Renascença produzida na Itália, entretanto, não penetrara da mesma forma na Península Ibérica. E tampouco a Reforma. Imunes aos questionamentos mais fortes da religião institucional, as expressões de “livre-pensamento”, de crítica à Igreja e aos dogmas viram-se mais limitadas na península e, após a acentuação da Inquisição, do final do século XVI em diante, caladas totalmente.

Mas, durante o fim do século XV e iní-



cio do XVI, a atividade marinheira desenhou a cosmografia universal na realidade experimental da aventura viajante. Em Portugal, especialmente, ocorreu uma intensa atividade de inúmeros médicos, cosmógrafos, naturalistas, cronistas de viagens, que registraram o novo com uma dose de ativo empirismo. Entre esses médicos havia muitos judeus, que reuniam o conhecimento árabe e greco-romano clássico, pois foram os árabes que mantiveram grande parte do conhecimento fitoquímico, médico e alquímico da Antiguidade. Os judeus monopolizavam de tal forma a atividade médica na Península Ibérica, que o pretexto para a sua expulsão da Espanha em 1492 será o de que o médico real, judeu, teria envenenado o Infante Don Juan (5).

Mesmo após o exílio londrino ou holandês, os médicos judeus portugueses continuam a desempenhar um papel renovador. Como escreve Crispim Farina: “De início mezinheiros, barbeiros, sangradores, vendedores da triaga, em peregrinações sem fim por aldeias, vilas e cidades, os judeus acabam se tornando físicos e cirurgiões de nomeada. Então assistem aos reis, nobres e pessoas grandes”. O médico de Dona Catarina na Inglaterra, Fernão Mendes, usa um vinho quinado e antimônio na forma de “pós de Quintílio”. Antonio Ribeiro Sanches (1699-1782) escreverá o item “mal venéreo” na Enciclopédia de Diderot. Zacuto Lusitano (1557-1642)

“preconiza o uso de medicamentos químicos, provenientes da revolução terapêutica iniciada por Paracelso e outros resultantes dos novos conhecimentos advindos da Índia e da América. Assim refere um caso de epilepsia tratado pelo xarope de tabaco e a outro pelo antimônio; narra a cura de uma dispepsia dando chocolate ao doente; com o que lhe manteve as forças; louva as virtudes da noz de cola e do maracujá” (6).

Enquanto o “poder das plantas” era atribuído às feiticeiras na Europa, os árabes conheceram, assimilaram e desenvolveram a cultura oriental, particularmente sua farmacopéia. Uma grande parte das plantas e substâncias dessa época possui etimologia árabe ou arabizante.

As novas plantas dos novos mundos foram objeto de uma pioneira taxionomia, na qual se destacaram esses médicos e cronistas portugueses, muitos de origem judaica, que relataram as riquezas vegetais do Novo Mundo e do Oriente.

Esse espírito de investigação praticou, especialmente na medicina, um experimentalismo cada vez mais intenso, cuja teorização foi formalizada no início do século XVII por Francis Bacon como “conhecimento das causas e dos segredos dos movimentos das coisas e a ampliação dos limites do império humano para a realização de todas as coisas que forem possíveis” (7).

O experimentalismo foi um passo adiante da própria Renascença, que devotava um culto sagrado ao classicismo greco-romano. Essa referência erudita dogmática será desafiada pelo novo espírito indagativo e experimentador, que, nascido do solo da Renascença, projetar-se-á para além dela, superando-a no que tinha de conservadora, ao tratar o passado clássico como saber inquestionável. Essa imposição dogmática de Hipócrates e, principalmente, de Galeno era fiscalizada pela polícia inquisitorial. Assim a Inquisição justificava sua censura a um autor: “*Daniel Senerto, hereje y han de recoger todos sus libros pues: primero, ataca a Galeno*” (8). Como afirma Muñoz Calvo: “*declararse antigalenista era interpretado con carácter de herejía y por tanto la Medicina Yatroquímica no era aceptada*” (9).

O experimentalismo médico nos novos climas trouxe para a Europa novos remédios, particularmente aqueles indicados contra a nova doença, a sífilis, acusada na época de ter vindo da América.

Três médicos, entre outros, simbolizam esse novo pensamento experimental herbário. Paracelso, Rabelais e Garcia da Orta. Um suíço, um francês e um judeu português. Todos sofreram perseguições devido a suas obras. E todos romperam com o respeito dogmático aos textos clássicos para buscarem na empiria, na cultura popular e na diversidade geográfica das drogas e plantas os materiais para suas atividades.

A semelhança de Paracelso com Rabelais e Garcia da Orta está não só em serem médicos, ou em terem sido da mesma geração (Paracelso nasce em 1493, Rabelais em 1494 e Orta estima-se que foi na última década do século XV, talvez já

4 Escotado, *Historia de las Drogas*, Madrid, Alianza, 1989, p. 296.

5 Henry Kamen, *La Inquisición Española*, Madrid, Alianza, 1973 (1ª ed. 1967), p. 27.

6 Dúlio Crispim Farina, *Esculápios Portugueses das Sete Partidas*, São Paulo, Hucitec/Edusp, 1979, p. 55.

7 Francis Bacon, *Nova Atlântida* (1627), 2ª ed., São Paulo, Abril Cultural, 1979, p. 262.

8 Sagrario Muñoz Calvo, *Inquisición y Ciencia en la España Moderna*, Madrid, Ed. Nacional, 1977, p. 224.

9 Idem, *ibidem*.

em 1501). Também não devemos ver nas suas atividades de herbários, de protótipos dos “livre-pensadores” ou “libertinos”, que serão característicos somente do final do século XVI (10), as únicas homologias entre esses pioneiros espirituais da modernidade. Tudo isso que lhes foi comum - herborismo, desafio à tradição, experimentalismo, exercício da medicina, vocação viajante, sofrer perseguições dos poderes, serem incluídos no Índice inquisitorial - faz parte de um tipo de mentalidade que se espalhava no início do século XVI, como reflexo de uma revolução global que vivia aquela época diante do advento de um mundo novo e integrado. Esse mundo novo, esse mercado mundial, cosmografia universal, orbe desbravado, era o cenário comum que permitiu essa mentalidade comum aos nossos três médicos, assim como permitiu-lhes ter em mãos a matéria-prima vegetal e psicofarmacológica que foi um dos combustíveis daquela revolução cosmográfica.

Foi Garcia da Orta, esse português que viveu na Índia, quem melhor sintetiza o novo saber herbário. Com sua obra, editada em Goa em 1563, *Colóquios dos Simples, das Drogas e das Cousas Medicinais da Índia*, Orta produziu a principal contribuição científica de Portugal para a renascença européia.

O contato com os novos mundos do Oriente e da América e a invenção da imprensa, que pela primeira vez permitia a divulgação ampla das farmacopéias, levaram a que o conhecimento fosse inflado de um novo oxigênio espiritual.

Essa renovação durou pouco. A geração de grandes médicos portugueses, cuja primazia no contato com os novos mundos decerto muito influenciou para que vicejasse essa escola médica judeu-portuguesa tão curiosa dos novos saberes e avessa às imposições dogmáticas, logo sofreu a reação violenta da Igreja. A Contra-Reforma e o Concílio de Trento não agem como fizera antes o Concílio de Rheims, que proibira ao clero o exercício da medicina, mas oficializam uma farmacopéia jesuíta e restabelecem o controle clerical sobre esse campo tão arriscado para o escolasticismo, pois nele exercia-se sempre um experimentalismo intrínseco diante de cada novo doente, cada novo caso médico, sempre singular em sua particularidade.

Foi um momento de excepcional relaxamento que permitiu a Garcia da Orta publicar a sua obra. Foi um dos dois únicos leigos publicados em português na Índia, numa casa impressora que logo seria controlada ferreamente pelos jesuítas.

A primeira metade do século XVI viveu a difusão da publicação de livros. Todo um conhecimento era compilado e cotejado. A recuperação renascentista dos textos clássicos havia tórnado conhecidos os trabalhos zoológicos de Aristóteles e a *História das Plantas*, de Teofrasto, que foram publicados entre 1495 e 1498. Mas a expansão do mundo conhecido obrigava a vocação cosmográfica da época a incluir a farmacografia como parte essencial dos novos mundos. Em Veneza e Basileia, casas editoriais lançam ao prelo Galeno, Hipócrates, Plínio e Avicena. Mas é da *Matéria Médica* de Pedanio Dioscórides de Anazarbeo, do século I, que se extrai todo o saber vegetal. Foi preciso esperar o ano de 1532 para que a classificação de cerca de 500 plantas de Dioscórides fosse ultrapassada por Otto Brunfels, que publicou, em Estrasburgo, o *Herbarum Icones ad Naturae Imitationem Effigiatæ*, a primeira Flora ilustrada.

A ascensão do prestígio do saber herbário pode ser traduzida tanto pela difusão da publicação de herbários como pela criação da primeira cátedra de botânica na escola de Medicina de Pádua, em 1533.

Esse aspecto, da influência da difusão de textos a partir da invenção da imprensa, é fundamental nessa viragem de eras em que a modernidade é anunciada em livros que relatam desde as viagens de descoberta de novos continentes até o poder secreto das plantas, numa sociedade que, até então, proibia até mesmo a leitura da própria Bíblia.

Após esse interregno de florescência editorial, a censura e o Índice inquisitorial logo se encarregaram de cercar essa nova via de fluência da heterodoxia. A obra de Garcia da Orta foi incluída no Índice e só será permitida a sua leitura com certas partes expurgadas. Junto com as demais traduções realizadas por Clusius, que era considerado “autor de primeira classe”, ou seja, proibido, as obras de Orta e Monardes permaneceram incluídas até o último Índice, o de 1790, como “*permitidas con expurgación*”. Esse botânico flamengo, que

10 Segundo a polémica obra de Lucien Febvre a respeito da impossibilidade da incredulidade no século XVI, nem sequer palavras e expressões como “libertino”, “espírito independente”, “tolerância”, “racionalismo”, “materialismo”, etc., existiam no vernáculo francês do início do século XVI. Independente de se ter acordo ou não com a tese de Febvre, é evidente que figuras como Paracelso, além do próprio Rabelais por ele estudado, expressavam os fundamentos sobre os quais se ergueria mais tarde a ruptura ideológica, científica e filosófica com o domínio espiritual da religião.

ficou conhecido como Clusius, versão latinizada de seu nome, Charles l'Escluse, nascido em 1551, em Arrás, nos Países Baixos, foi o grande responsável pela difusão da obra de Orta, por ele traduzida do português ao latim, assim como também traduziu Nicolas Monardes e Cristovão da Costa. Desde 1573 dirigiu por catorze anos o Jardim Botânico de Viena.

Escrever um tratado de experimentalismo, contestar Galeno e Avicena, louvar a dúvida. Tais foram as ousadias pioneiras de Orta que colocou na boca de seu personagem Ruano afirmações céticas como a de que “bem sei que quem não sabe que não duvida” (11).

O empirismo de Orta era explícito e manifestava-se abertamente na polêmica dos Colóquios, travados entre a experiência direta de Orta e o saber livresco de Ruano, o personagem europeu recém-chegado à Índia.

O desprezo de Orta pelos gregos era respeitoso mas categórico: (os gregos) “também são inventores de muitas mentiras, e muito mal acostumados e efeminados em seus costumes” (12).

Além de seu conhecimento direto, Orta valorizava, antes dos gregos e latinos, aos árabes, pois “da Índia souberam mais os árabes que os gregos”. O Conde de Ficalho, no século XIX, elogia em Orta o atrevimento de ter fé em si e ver pelos próprios olhos, por meio da razão e da observação (13).

A situação geográfica particular ajudou-o, e o próprio Garcia da Orta é o primeiro a reconhecer que se estivesse na Espanha não ousaria atacar daquela forma os clássicos gregos.

Foi um lapso de uma geração que fechou, no fim do século XVI, esse hiato renascentista que, vindo do núcleo urbano italiano do norte, irradiou-se até as regiões ibéricas e seus domínios coloniais. Depois de sua morte, além de ter sua obra no Índice, Garcia da Orta foi desenterrado para ter seus ossos queimados, e uma filha e um genro seu morreram na fogueira da Inquisição.

Uma importante raiz da revolução científica pode ser encontrada na medicina. Grande parte do experimentalismo médico do século XVI esteve ligada à experimentação prática de drogas. A obra de Paracelso deu uma importância fundamental às essências vegetais e minerais. Para rastrear a expressão intelectual de uma al-

teração de mentalidade foi que buscamos na obra de médicos heterodoxos e perseguidos os paralelismos que identificassem o núcleo intelectual da época da qual Rabelais, Garcia da Orta e Paracelso foram tão representativos. Pois, independentemente de sua conclusão taxativa no que diz respeito à impossibilidade de um pensamento irreligioso no século XVI, “um século que quer crer”, é Lucien Febvre mesmo quem constata “aquele estado experimental dos médicos, animados desde o século XVI de um espírito experimental, rudimentar ainda, mas já atuante”, acrescentando numa citação de rodapé a frase de Abel Rey de que “todos os grandes precursores, todos os primeiros sábios do Renascimento foram médicos” (14).

Grande pioneiro do que veio depois a se chamar “Nova História”, Lucien Febvre, desde a década de 40, ensina que a partir da obra de um autor de época, como Rabelais, é possível extrair muitos ensinamentos sobre o mundo mental das pessoas daquele tempo. Uma época em que algumas drogas começavam a inundar o mundo, enquanto outras tornavam-se objeto de proscrição religiosa. Os escritos de médicos que acompanharam navegadores, testemunharam costumes indígenas, conheceram plantas terapêuticas, afrodisíacas e alucinógenas, escreveram os primeiros manuais de botânica exótica - que são também etnografias e tratados de moralidade - e foram perseguidos por suas idéias heterodoxas, podem revelar muito sobre a gênese da regulamentação moral do consumo de plantas que se estabeleceu no mundo moderno.

O estudo dos regimes de normatização das drogas inscreve-se na intersecção da história com a antropologia, fecundação mútua que foi uma das mais ricas contribuições da chamada “Nova História” para a realização de estudos de ciências sociais integradas. A análise histórica das moralidades, dos padrões culturais, das relações entre culturas é parte de uma vertente em que despontam nomes como o de Norbert Elias, investigador da constituição da subjetividade moderna, ou como o de Michel Foucault, em seus estudos sobre a história das moralidades, que acrescentaram à história não apenas novos objetos, mas novos instrumentos teóricos.

11 Orta, *Colóquios dos Simples, das Drogas e das Cousas Medicinais da Índia* (1563), Lisboa, Ac. de Ciências, 1891, p. 161.

12 Idem, *ibidem*, p. 333.

13 Conde de Ficalho, *Garcia da Orta e o seu Tempo*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1886.

14 Lucien Febvre, *El Problema de la Incredulidad en el Siglo XVI - La Religión de Rabelais*, México, Ed. Hispano-Americana, 1959, p. 353.